CONCEDER o servidor AFONSO CARDOSO DE CASTRO JUNIOR, cargo Assistente Fazendário, Matrícula nº2006642/2, portadora do CPF nº25227025215, Suprimento de Fundos no valor total de R\$ 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais) o qual deverá observar a classificação orçamentária: 17101.04.122.1297.8338- OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS 33.90.39- O.S.T.P.JURÍDICA: R\$ 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais) FONTE DE RECURSOS: 0150000001 - RECURSOS ORDINÁRIOS Os recursos acima mencionados destinam-se as despesas da CERAT-ABATETUBA (EXTRA), não subordinada ao processo normal de aplicação, referente ao mês de FEVEREIRO do exercício corrente, e deverão ser aplicados em até 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento A prestação de Contas deverá ser até o 5º (quinto) dia útil após o período de aplicação A concessão do no suprimento de fundos / e ou unidades fazendária será autorizada somente após a prestação de contas do suprimento anterior Anídio Moutinho da Conceição
Diretor de Administração, em exercício

Protocolo: 1038903

DIÁRIA

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela PORTARIA Nº 451 de 13/02/2019 (publicada no DOE nº 33.805 de 15/02/2019)

RESOLVE

PORTARIA Nº 391 / DAD-SEFA de 05 de fevereiro de 2024. AUTORIZAR 15 e 1/2 diárias ao servidor JOSE MAURICIO GONCALVES FILHO, nº 0507573402, FISCAL -C, COORDENAÇÃO EXEC.REGIONAL DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE BREVES, objetivo de realizar trabalhos de fiscalização, no período de 15.02.2024 a 01.03.2024, no trecho Breves/Portel/Breves

PORTARIA Nº 392 / DAD-SEFA de 05 de fevereiro de 2024. AUTORIZAR 15 e 1/2 diárias ao servidor SILVIA MARIA PRINTEZ GOMES DA SILVEIRA, nº 0514437002, ASSISTENTE FAZENDÁRIO - B - IV, COORDENAÇÃO EXEC.REGIONAL DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE BREVES, objetivo em dar apoio aos trabalhos de fiscalização, no período de 15.02.2024 a 01.03.2024, no trecho Breves/Portel/Breves

Anídio Moutinho

Diretor de Administração, em exercício

Protocolo: 1038603

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL – CERAT CASTANHAL

O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e não Tributária de Castanhall, desta Secretaria de Estado da Fazenda.

NOTIFICA aos titulares, sócios ou representantes legais da firma abaixo relacionada , nos termos do Artigo 11 da Lei nº6.182/98 e dos Artigos 65 e 66 da Lei nº 5.530/89, combinado com os Artigos. 124 e 744 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676/01, a apresentar os documentos a seguir relacionados, objeto da Ação Fiscal ROTINA OU PONTUAL para o período de 07/2023 a 10/2023, referente à NOTIFICAÇÃO FISCAL nº 022024820000001-6, no prazo de 30 (tinta) dias, contados da data da publicação deste edital, considere-se notificado o contribuinte na forma dos Artigos. 78, inciso IX, alínea “c” da Lei 5.530/89.

RAZÃO SOCIAL: M. A. B. MACIEL LTDA

NOME DE FANTASIA: MB CONSTRUÇÕES E ENERGIA SOLAR

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.874.169-2

CNPJ: 49.154.092/0001-53

AUDITOR RESPONSÁVEL: FABIO MONTENEGRO PONTES

DOCUMENTOS SOLICITADOS

• SUJEITO PASSIVO DISPENSADO DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer desta ação fiscal. Prazo de entrega dos documentos solicitados: 15 (quinze) dias. Local de entrega dos documentos: Rua Paes de Carvalho, 1128 - Centro - Castanhall-PA. Telefone 91 3721 1448

O não atendimento a esta NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado, culminará na imediata aplicação da penalidade prevista no Art. 2º, da Lei nº6.715/05, ficando ciente desde já, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando ao interesse do Erário Estadual.

FRANCISCO ASSIS CAROLINO JUNIOR

Coordenador -CERAT Castanhall

Protocolo: 1038602

OUTRAS MATÉRIAS

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF

ACÓRDÃOS

PRIMEIRA CÂMARA

ACÓRDÃO N.9187- 1ª. CPJ. RECURSO N. 20858 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 372023510000136-8). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO ESPECIAL. ATIVO NÃO REGULAR. IMPROCEDÊNCIA DO AINF. 1. Correta a decisão singular que conclui pela improcedência do AINF quando restar comprovado nos autos que o sujeito passivo não se encontrava na situação de ativo não regular na data da ação fiscal. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/01/2024. DATA DO

ACÓRDÃO: 31/01/2024.

ACÓRDÃO N.9186- 1ª. CPJ. RECURSO N. 21013 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072015510001208-4). CONSELHEIRA RELATORA: REGINA CELIA NASCIMENTO VILANOVA. EMENTA: ITCD. FALTA DE HOMOLOGAÇÃO DO CÁLCULO. IMPROCEDÊNCIA DO AINF. 1. Deixar de recolher ITCD constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista. 2. Correta a decisão singular que declara a improcedência do lançamento tributário, após diligência fiscal, em que ficou constatada a inexistência de homologação do cálculo do ITCD, tornando o crédito tributário indevido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/01/2024. DATA DO ACÓRDÃO: 31/01/2024.

ACÓRDÃO N.9185- 1ª. CPJ. RECURSO N. 21011 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072015510001207-6). CONSELHEIRA RELATORA: REGINA CELIA NASCIMENTO VILANOVA. EMENTA: ITCD. FALTA DE HOMOLOGAÇÃO DO CÁLCULO. IMPROCEDÊNCIA DO AINF. 1. Deixar de recolher ITCD constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista. 2. Correta a decisão singular que declara a improcedência do lançamento tributário, após diligência fiscal, em que ficou constatada a inexistência de homologação do cálculo do ITCD, tornando o crédito tributário indevido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/01/2024. DATA DO ACÓRDÃO: 31/01/2024.

ACÓRDÃO N.9184- 1ª. CPJ. RECURSO N. 19905 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372022510000023-2). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE FATIMA CHAMMA FARIAS. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. DESTINATÁRIO CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE DO ICMS. REMETENTE SEM INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTE DO ICMS NO ESTADO DO PARÁ. REGRA DE VIGÊNCIA DO FATO JURÍDICO-TRIBUTÁRIO. IMPROCEDÊNCIA DO AINF. 1. O vencimento da obrigação tributária principal relativa à exigência da diferença entre as alíquotas do ICMS rege-se em conformidade com as regras prescritas e vigentes na legislação tributária estadual à época da ocorrência do fato jurídico tributário. 2. O lançamento tributário somente deve ser formalizado quando restar comprovado o descumprimento do prazo legal para adimplemento da obrigação prevista na legislação. 3. Deve ser reformada a decisão de primeira instância que declara a procedência do AINF quando não restar efetivamente vencido o prazo para o recolhimento do ICMS Diferencial de Alíquotas na data da formalização da exigência. 4. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/01/2024. DATA DO ACÓRDÃO: 31/01/2024.

ACÓRDÃO N.9183- 1ª. CPJ. RECURSO N. 19953 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 102021510000130-3). CONSELHEIRA RELATORA: REGINA CELIA NASCIMENTO VILANOVA. EMENTA: ICMS. CESTA BÁSICA. NULIDADE REJEITADA. NÃO RECOLHIMENTO. PROCEDÊNCIA DO AINF. 1. Deve ser rejeitada a alegação de nulidade do auto de infração, por cerceamento ao direito de defesa, quando o AINF está instruído com a prova da infração e com a indicação de todos os elementos essenciais previstos no § 1º do art. 12 da Lei Estadual n. 6.182/1998, bem como quando o sujeito passivo não foi prejudicado em seu direito de defesa. 2. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria constante da relação da cesta básica constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista. 3. Deve ser mantida a decisão singular pela procedência do AINF quando o sujeito passivo não apresentar contraprova que possa refutar a autuação e extinguir a penalidade aplicada. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 29/01/2024. DATA DO ACÓRDÃO: 29/01/2024.

ACÓRDÃO N.9182- 1ª. CPJ. RECURSO N. 20892 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 352022510000169-0). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. PARCIAL PROCEDÊNCIA DO AINF. 1. Correta a decisão singular que conclui pela parcial procedência do AINF, de acordo com as provas dos autos, retirando do crédito tributário parcela já recolhida. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 29/01/2024. DATA DO ACÓRDÃO: 29/01/2024.

ACÓRDÃO N.9181- 1ª. CPJ. RECURSO N. 20803 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 032023510000052-0). CONSELHEIRA RELATORA: REGINA CELIA NASCIMENTO VILANOVA. EMENTA: ICMS. EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL DE OPERAÇÃO TRIBUTAÇÃO COMO NÃO TRIBUTADA. NULIDADE REJEITADA. PROCEDÊNCIA DO AINF. 1. Deve ser rejeitada a alegação de nulidade do auto de infração, por cerceamento de defesa, quando o AINF está instruído com a prova da infração e com a indicação de todos os elementos essenciais previstos no § 1º do art. 12 da Lei Estadual n. 6.182/1998, bem como o sujeito passivo não foi prejudicado em seu direito de defesa. 2. Emitir documento fiscal relativo a operação tributada como não tributada configura infração tributária sujeita à aplicação das penalidades legalmente previstas. 3. Deve ser mantida a decisão singular pela procedência do AINF quando o sujeito passivo não apresentar qualquer contraprova que possa refutar a autuação e extinguir a penalidade aplicada. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/01/2024. DATA DO ACÓRDÃO: 24/01/2024.

ACÓRDÃO N. 9180 - 1ª CPJ. RECURSO N. 20801 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012022510000038-0). CONSELHEIRA RELATORA: REGINA CELIA NASCIMENTO VILANOVA. EMENTA: ICMS. CESTA BÁSICA. NÃO RECOLHIMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO AINF. 1. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria constante da relação da cesta básica, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista. 2. Deve ser mantida a decisão singular que conclui pela parcial procedência do AINF quando o sujeito passivo não apresentar qualquer contraprova que possa refutar a autuação e extinguir a penalidade aplicada, em relação ao crédito tributário remanescente. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/01/2024. DATA DO ACÓRDÃO: 24/01/2024.